

Tensão e diálogo: relações diplomáticas entre a Ditadura Militar brasileira e o Estado do Vaticano

Sérgio Henrique da Costa Rodrigues  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Ditadura Militar brasileira; Estado do Vaticano; Igreja; militares; relações internacionais

A maior parte da Igreja brasileira apoiou entusiasticamente o golpe civil-militar de 1964, participando diretamente do processo de desestabilização do governo João Goulart através, por exemplo, das "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade" e do apoio da CNBB ao golpe, que acreditava que os militares haviam salvado o Brasil do comunismo.<sup>1</sup> O imaginário anticomunista entre os católicos já vinha de longe, sendo bastante exemplar a campanha internacional da Igreja, que utilizara a suposta aparição de Nossa Senhora de Fátima para combater a Revolução Russa de 1917. Durante os anos 1960, apesar do surgimento de grupos católicos ligados a movimentos de esquerda, esse imaginário continuava mobilizando grande parte dos católicos. O próprio Jango, para fugir da pecha de comunista, na sua viagem de volta ao país, na crise de 1961, quando alguns repórteres lhe perguntaram se ele era comunista, respondeu que era um "católico praticante" e mostrou a medalha da Virgem Maria que levava no pescoço.<sup>2</sup> Jango leu as encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* e disse que ficou muito impressionado com elas.<sup>3</sup> A tal ponto que, para dar um teor cristão às reformas, disse no Comício da Central que quem ameaçava a democracia eram aqueles que, utilizando-se dos sentimentos cristãos do povo brasileiro, o faziam insurgir-se "contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos papas [...]. O inolvidável papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro [...]". Mas criticou os usos dos "rosários da fé contra o povo [...] os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra [...]".<sup>4</sup>

Assim, como resposta direta ao Comício da Central, pipocaram em diversas cidades do país diversas "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade".<sup>5</sup> Essas marchas foram organizadas por setores católicos da classe média urbana que defendiam os tradicionais valores cristãos, considerados, por eles, ameaçados pela sociedade moderna – o matrimônio, a família, o terço e o rosário – e condenavam principalmente o risco do comunismo através do governo Goulart.

No final de maio de 1964, a CNBB realizou uma reunião extraordinária dos arcebispos para se posicionar em relação ao golpe. Segundo dom Waldyr Calheiros, o clima foi tenso, havia uma clara divisão entre os bispos: de um lado, aqueles que salientavam o "bem da revolução", destacando-se a figura de dom Sigaud, que defendia a tese de que os militares haviam salvado o país do comunismo; de outro, a posição de alguns arcebispos que reclamavam da repressão sofrida por alguns leigos da Igreja. Mas a maioria achava mesmo que os militares haviam espantando o risco de implantação de um "regime bolchevista" no Brasil. Assim, apesar de o documento fazer certas ressalvas àqueles que acusam bispos, sacerdotes e certas organizações católicas, como a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base, de comunistas ou "comunizantes", a CNBB acabou fazendo um pronunciamento de apoio ao golpe, agradecendo os militares. O próprio dom Waldyr Calheiros havia feito um sermão no dia do golpe, criticando-o. Dois dias depois, recebeu a visita do secretário do cardeal dom Jaime Câmara, monsenhor Bessa, que, já sabendo da manifestação de dom Waldyr contra o golpe militar, passou a elogiar as mulheres que haviam participado das marchas, acentuando que elas os livraram do comunismo e que tinham todo o apoio do cardeal.<sup>6</sup>

Já o Itamaraty atravessou o golpe sem muitos transtornos. Os funcionários agiram tal como o ministro das Relações Exteriores do general Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, achava que deviam agir: servir a qualquer governo.<sup>7</sup> Houve apenas um cumprimento bem formal do embaixador brasileiro, Henrique de Souza Gomes, ao novo ministro de Estado, felicitando o novo governo.<sup>8</sup> Mas não foi tão simples como pensou o ministro. O Itamaraty

sempre se orgulhou de reunir em seus quadros nomes expressivos da cultura brasileira, como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, José Guilherme Merquior e Antônio Houaiss.<sup>9</sup> Aparentemente, não ocorreram tantas mudanças no ministério, porém a adesão ao novo governo foi grande. Apesar de alguns embaixadores e funcionários do Itamaraty arriscarem sua carreira, coletando denúncias e as enviando para o estrangeiro,<sup>10</sup> durante a Ditadura Militar brasileira, diversos embaixadores brasileiros transformaram-se em suporte no exterior do sistema de informações, trabalhando para o Centro de Informações do Exterior (Ciex).<sup>11</sup>

Muitas vezes os governos militares tentaram intervir, através do embaixador brasileiro em Roma, nas nomeações de bispos brasileiros, procurando afastar a possibilidade de que algum "elemento da ala esquerdista do clero no Brasil" assumisse uma diocese e, assim, pusesse em "execução um plano de afastamento de sacerdotes anticomunistas" que combatiam a "infiltração comunista nas escolas e paróquias".<sup>12</sup> Chegaram a acusar a Santa Sé alegando que ela se refugiaria "na escusa da absoluta separação entre a Igreja e o Estado brasileiro que [...] não estão ligados por nenhuma concordata".<sup>13</sup> Num telegrama de 16 de dezembro de 1964, o Itamaraty escreveu que recebera, do Serviço Nacional de Informações, a informação de que o Vaticano teria decidido mandar um grande número de sacerdotes italianos para o Brasil e que a seleção deles estaria sendo feita por um bispo da "chamada linha católica de esquerda", o que, para ele, influiria negativamente sobre a "qualidade" das tendências políticas dos escolhidos. Pediu, portanto, ao embaixador que verificasse se já estava sendo feito o recrutamento e quem estava escolhendo e orientando os sacerdotes.<sup>14</sup> O embaixador respondeu que a Secretaria de Estado do Vaticano desmentiu totalmente a denúncia. Os sacerdotes destinados à América do Sul foram preparados no Seminário Nossa Senhora de Guadalupe, em Verona, e selecionados pelo Arcebispo dom José Carrare, "cujas convicções políticas de centro não podem ser contestadas" sendo mesmo "acusado de tendências de direita". Disse que o monsenhor Samoré mostrou-se chocado com as denúncias que só

contribuíam para criar uma situação delicada entre a Igreja e o Estado e ressaltou ainda que, quanto à preparação e antecedentes, esses sacerdotes levam o selo da Santa Sé, o que devia constituir plena garantia de idoneidade. O embaixador concluiu dizendo que cardeal do Rio de Janeiro e o novo arcebispo de São Paulo, entre outros, têm escolhido, pessoalmente, os sacerdotes para as suas dioceses e que poderiam dar mais informações sobre o assunto.<sup>15</sup>

Em 1964 houve dois remanejamentos eclesiásticos, ambos antes do golpe, que acabaram por beneficiar o governo. Um foi a transferência de dom Hélder Câmara para a arquidiocese de Olinda e Recife, afastando-o do Rio de Janeiro. E o outro foi a saída de dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota da arquidiocese de São Paulo.<sup>16</sup> Este foi acompanhado de perto pelo embaixador e pelo ministro brasileiros. Respondendo ao pedido do ministro sobre o motivo da transferência do cardeal de São Paulo para Aparecida, o embaixador escreveu, em 24 de abril de 1964, que o cardeal fora transferido a pedido, por motivos de saúde, antes da deposição de Goulart e não imposta por poder algum.<sup>17</sup> Logo após, apesar de reconhecer que a escolha do novo arcebispo de São Paulo é de "exclusiva competência da Santa Sé", a Secretaria de Estado brasileira pediu ao seu embaixador em Roma que procurasse saber os nomes preferidos pela cúria romana e que tentasse "diplomaticamente" informar ao Vaticano quem seria do agrado do governo para ocupar a arquidiocese de São Paulo.<sup>18</sup>

Os militares deviam se lamentar de não ter mais, como dom Pedro II tinha, o direito do padroado. Depois do fim da Monarquia, deve ter sido a primeira vez que algum governo tentava intervir na nomeação de um bispo brasileiro.<sup>19</sup> Henrique de Souza Gomes, o embaixador brasileiro no Vaticano, respondeu que o assunto só seria resolvido com a vinda do novo núncio.<sup>20</sup> A Secretaria estava preocupada, pois achava que dom Hélder estaria trabalhando no Vaticano para que dom José Távora fosse feito arcebispo de São Paulo. Informou isso ao embaixador e lhe pediu, caso fosse verdadeira a informação, que desenvolvesse esforços para evitar a concretização da escolha desse prelado.<sup>21</sup> O embaixador disse que esteve na Secretaria de Estado do Vaticano para tratar das cartilhas criadas pelo Movimento de Educação

de Base, dirigido por dom José Távora, e percebeu como as atitudes desse bispo eram desaprovadas por lá. Cuidando da sucessão do arcebispo de São Paulo, informou que foram acenados outros bispos além daqueles citados no telegrama, mas nunca foi mencionado o nome de José Távora, e que a preferência seria nomear um paulista ou alguém de uma região próxima, com requisitos de futuro cardeal.<sup>22</sup> Somente em novembro de 1964 a vacância da Arquidiocese de São Paulo acabou. Gomes comunicou a Vasco Leitão da Cunha, logo que soube, quem seria o novo arcebispo: dom Agnello Rossi, recém-eleito presidente da CNBB. Felicitou o ministro pela escolha do Vaticano, já que pela "personalidade do prelado e a sua situação perante o episcopado brasileiro, atende às preocupações do governo".<sup>23</sup>

José Jobim, embaixador brasileiro no Vaticano de 1968 a 1973, fez um longo ofício secreto ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Magalhães Pinto, no qual tentou mostrar as contradições dentro da Igreja Católica e a origem cronológica do problema, que, para ele, encontrar-se-ia na realização do Concílio Vaticano II. Nesse ofício secreto, de 27 de janeiro de 1969, podemos observar uma longa análise do embaixador brasileiro sobre as relações entre o Estado e a Igreja Católica brasileira. Nele, Jobim esperava fornecer algumas possibilidades de entendimento dissipando dúvidas existentes.<sup>24</sup> Toda a transformação ocorrida na Igreja durante o século XX não foi entendida, por ele, apenas como um *aggiornamento* da Igreja. A renovação da Igreja seria a causa dos conflitos entre ela e o Estado brasileiro. Mas o embaixador tinha de lidar com um sério problema pessoal: ele via o papa como "Santidade, chefe e pastor da Igreja".<sup>25</sup> Declarava-se católico e sabia o quanto era difícil a sua missão, pois, muitas vezes, "a voz do papa ou de um colaborador torna-se a de um pastor".<sup>26</sup> Reconhecia, portanto, que, para ele e para muitos, o poder do papa não se reduzia às questões temporais. Utilizando-se da velha distinção entre as duas esferas, acreditava que a Igreja era a instituição perfeita no plano espiritual, enquanto que o Estado o seria no plano temporal.<sup>27</sup> Note-se, aí, uma particularidade importante deste estudo: semelhante questionamento jamais ocorreria a qualquer outro embaixador brasileiro. De fato, somente no caso das relações entre o Brasil e o Vaticano houve

a interferência de um aspecto simbólico tão particular que, talvez, também possa ser verificado, em grau e qualidade bastante distintos, nas relações do Brasil com Portugal, haja vista os tradicionais e retóricos "laços" que unem as antigas colônia e metrópole. Porém, no caso das relações com o Vaticano, as circunstâncias transcendentais que constrangiam o embaixador certamente afetavam, de algum modo, todo o governo brasileiro. Não se tratava, apenas, da relação entre dois países, mas da relação do maior país católico com o Estado mentor dessa filiação religiosa.

Certos militares e embaixadores brasileiros no Vaticano ainda acreditavam estar participando de uma cristandade, ou seja, de um regime de colaboração entre Igreja e Estado. Os militares fizeram a "revolução" pensando que estavam defendendo a civilização ocidental cristã do movimento comunista internacional. A Igreja, por sua vez, não queria perder a influência que tinha sobre o Estado, mas, muito menos, sobre a sociedade. O envolvimento da Igreja nos movimentos sociais, não deixando o catolicismo virar uma religião de foro íntimo, acabou gerando conflitos com o Estado, que não sabia como solucioná-los sem desqualificá-los, rotulando-os sempre como subversivos. O envolvimento dela em questões temporais, se não fosse para ajudar o Estado, era visto muitas vezes como revolucionário. O governo não entendia como a instituição que defendia a moral cristã poderia ficar contra ele.

Com a prisão e a perseguição de padres e de bispos acusados de comunistas pelas alas mais radicais dos militares, parte do clero brasileiro começou a criticar os atos dos governos e, por fim, a denunciar a prática de tortura. Essa atitude oposicionista acabou por construir uma imagem de permanente combatividade da Igreja brasileira ao regime militar, ficando marcada, em função da luta de alguns setores contra a Ditadura Militar brasileira, como a portadora da "voz dos que não têm voz".<sup>28</sup> Nos estudos sobre o período, houve uma maior propagação dessa imagem de oposição da Igreja que, na verdade, não corresponde precisamente ao que aconteceu. De fato, durante os 21 anos do regime militar, a Igreja e o Estado viveram em constantes conflitos. As duas instituições, que permaneceram unidas durante séculos,<sup>29</sup>

estariam uma contra a outra agora. A repressão a bispos e padres reforçaria esta impressão. Contudo, é interessante notar que, mesmo nos momentos de crise, houve diálogos entre governo e Igreja para diminuir as zonas de conflitos.<sup>30</sup>

O conflito diplomático com o Vaticano era uma importante preocupação do governo brasileiro. A condenação direta e enfática dos atos do governo pelo papa seria desastrosa para os militares. O diálogo entre os dois Estados foi um meio de os militares evitarem críticas maiores por parte da Igreja. Cremos que os canais da diplomacia foram mais eficazes para a Ditadura Militar brasileira que os diálogos realizados diretamente com bispos brasileiros. Por mais que o Vaticano não aceitasse uma ingerência direta nas escolhas dos prelados, era do interesse desse Estado evitar conflitos, além dele próprio não possuir uma simpatia pelos padres progressistas, como se veria com a condenação da Teologia da Libertação na década de 1980.

---

<sup>1</sup>Sobre anticomunismo ver RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, pp. 463-488.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

<sup>2</sup>VILLA, Marco Antônio. *Jango, um perfil*. São Paulo: Globo, 2004. p. 49.

<sup>3</sup>*Idem*, p. 103.

<sup>4</sup>Discurso de Jango no Comício da Central. Citado por FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 284.

<sup>5</sup>Ver os recentes trabalhos de PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela Liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 2004; CODATO, Adriano Nervo, OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, pp. 271-302.

<sup>6</sup>COSTA, Célia Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves, SERBIN, Keneth. *O bispo de Volta Redonda: memória de dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 77 e 78. MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103 e 104.

<sup>7</sup>CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 265.

<sup>8</sup>Telegrama expedido da Embaixada brasileira no Vaticano à Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, 6/04/1964.

<sup>9</sup>SILVA, Alberto da Costa e (org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

<sup>10</sup>Foi o caso do secretário da Embaixada de Berna, Miguel Darcy de Oliveira, que recolhia o material enviado pelos funcionários do Itamaraty e o repassava a organizações defensoras dos direitos humanos. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 273.

<sup>11</sup>Jornal do Brasil, 20/03/2004. *O elo perdido da repressão*. Pesquisador revela atuação do Centro de Informações do Exterior (Ciex) na ditadura.

<sup>12</sup>Telegrama secreto expedido da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, n. 18, em 29 de novembro de 1966. *AHI*.

<sup>13</sup>Memorandum secreto para o Secretário Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, de 30/01/1969. Pasta Relações Políticas – 920 (42)(98), tomo II. *AHI*.

<sup>14</sup>Telegrama secreto expedido da secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, n. 43, em 23 de dezembro de 1964. Pasta Clero – 640.43 (00). *AHI*.

<sup>15</sup>Telegrama secreto recebido da Embaixada no Vaticano, 23/12/1964, n.54. Sacerdotes italianos para o Brasil. *AHI*.

<sup>16</sup>GASPARI, Elio. *Op.cit.* p. 245-247.

---

<sup>17</sup>Telegrama secreto-urgente recebido da Embaixada no Vaticano, 25/04/1964. Transferência do cardeal de São Paulo para Aparecida. *AHI*. Este telegrama foi encaminhado diretamente ao ministro.

<sup>18</sup>Telegrama secreto expedido da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, 15/05/1964, n. 16. Nomeação do arcebispo de São Paulo. *AHI*.

<sup>19</sup>Quando estive no Itamaraty consultando a documentação, cheguei a pesquisar o período de 1960-1964 e não vi nenhum caso como esse. Acredito que, talvez, também tenha havido tentativas de interferência na nomeação da Igreja durante o período de Vargas, mas não possuo evidências sobre isso.

<sup>20</sup>Telegrama secreto recebido da Embaixada no Vaticano, 19/05/1964, n. 21. Nomeação do arcebispo de São Paulo. *AHI*.

<sup>21</sup>Telegrama secreto expedido da secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada brasileira no Vaticano, 2/07/1964, n. 27. Arcebispo de São Paulo e o novo núncio apostólico, dom Sebastiano Baggio. *AHI*.

<sup>22</sup>Telegrama secreto recebido da Embaixada no Vaticano, 3/07/1964, n. 27. Arcebispo de São Paulo e novo núncio apostólico dom Sebastiano Baggio. *AHI*. Este telegrama, por ordem superior, não foi distribuído.

<sup>23</sup>Telegrama secreto-urgente recebido da Embaixada no Vaticano, 4/11/1964, n. 44. Arcebispo de São Paulo. Monsenhor Agnello Rossi. *AHI*.

<sup>24</sup>Ofício secreto recebido da Embaixada brasileira no Vaticano, 27/01/1969, n. 45, p. 1. Pasta Relações Políticas (42)(98), tomo II. *AHI*. Considero essa fonte muito importante não somente pelo seu tamanho (possui 51 páginas, sem contar os anexos, o que é excepcional para um ofício), mas principalmente pelas anotações, que produziram uma nova leitura sobre o documento e sua circulação, pois ela foi produzida pelo próprio embaixador brasileiro para ser entregue diretamente ao ministro das Relações Exteriores, passando por vários secretários até chegar à mão do presidente da República. Um funcionário do Itamaraty, em um *memorandum* ao secretário geral sobre o ofício, disse que se tratava de um "importantíssimo trabalho, talvez um dos mais bem elaborados pelo embaixador do Brasil junto à Santa Sé, cujas responsabilidades aumentaram consideravelmente nesses últimos anos". *Memorandum* para o secretário geral, 30/01/1969. Pasta Relações Políticas (42)(98), tomo II. O ofício foi encaminhado para o Estado Maior das Forças Armadas, aos "Estados Maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica", ao Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço Nacional de Informações.

<sup>25</sup>Ofício secreto n. 45, *Op. cit.* p. 4.

<sup>26</sup>*Ibidem*.

<sup>27</sup>*Idem*, p. 7.

<sup>28</sup>Ver ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 203.

SALEM, Helena. *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

<sup>29</sup>No império houve uma ruptura com a crise político-religiosa que colocou uma parte da Igreja contra o imperador. Na passagem do Império à Primeira República, houve a laicização do Estado, o que estreitou a ligação entre a Igreja brasileira e a universal. Mas, mesmo após a separação da Igreja do Estado, ela continuou a ser a religião oficial do Brasil. LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *A evolução política dos católicos e da igreja no Brasil*. Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 16 e 65.

<sup>30</sup>Ver SERBIN, Keneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. Roberto Romano também criticou o populismo da Igreja brasileira. Ver ROMANO, Roberto. *A Igreja contra o Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979.